

# REVISTA MARACANAN

## Dossiê

### O “Pão Espiritual dos Soldados” e os Relatórios Confidenciais do Serviço Postal da Força Expedicionária Brasileira (1944-1945)

*The “Spiritual Bread of Soldiers” and the Confidential Reports of the Postal Service of the Brazilian Expeditionary Force (1944-1945)*

**Florence Alencar Moreira\***

Universidade Salgado de Oliveira  
Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

**Fabio da Silva Pereira\*\***

Universidade Salgado de Oliveira/Université de Poitiers  
Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

**Claudia Cristina de Mesquita Garcia Dias\*\*\***

Universidade Salgado de Oliveira  
Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

**Recebido em:** 31 dez. 2021.

**Aprovado em:** 12 abr. 2022.



O presente estudo teve como base pesquisas para uma dissertação de mestrado em andamento e contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

\* Mestranda em História pela Universidade Salgado de Oliveira. Licenciada em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora do grupo de estudos sobre *História Militar, Política e Fronteiras* (CNPq) e do *Instituto de Investigações Históricas y Culturales de la Provincia de Corrientes*. (floralencar2@gmail.com)

 <http://orcid.org/0000-0002-3331-5354>

 <http://lattes.cnpq.br/3480705614104085>

\*\* Professor de História Militar da Academia Militar Agulhas Negras. Doutorando em História pela Universidade Salgado de Oliveira e pela Université de Poitiers. Mestre em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e em Educação Militar pelo Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP/FDC). Licenciado em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Bacharel em Ciências Militares pela AMAN. Membro da Comissão Científica do GT de História Militar da Associação Nacional de História (Anpuh). Pesquisador associado do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHIMEx). (fabio.pereira.historia@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0002-4005-7437>

 <http://lattes.cnpq.br/8786776010574075>

\*\*\* Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira. Doutora e Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduada em História pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora filiada aos grupos de pesquisa CNPq: *Imprensa e circulação de ideias: o papel dos periódicos nos séculos XIX e XX* e *Memória, Cultura e Patrimônio*. (claudia.mesquita@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0001-8985-2952>

 <http://lattes.cnpq.br/4214802278225432>

## Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo apresentar a estrutura governamental da censura no Serviço Postal da Força Expedicionária Brasileira (SPFEB) no Rio de Janeiro, em fins da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e do Estado Novo (1937-1945). A problemática envolve a análise do teor das cartas escritas aos combatentes e sua repercussão na sociedade da época, sobretudo por representarem um impacto no moral dos militares expedicionários da FEB. Para o referencial teórico, nos embasamos em estudos sobre a Força Expedicionária Brasileira, sobre a censura aplicada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda por meio da Escola de Censores e sobre a história das mentalidades naquele período. No tocante ao amparo metodológico, foram analisados de forma qualitativa, embasados por instruções de como utilizar as cartas como fontes históricas, os relatórios sobre as correspondências censuradas pelo SPFEB. Os resultados apontam uma nova percepção sobre a estruturação de um serviço postal que, à época, foi efetivo em sua missão – transmitindo as mensagens da vida privada e elevando o moral do combatente, ainda que estivessem no caótico cenário da guerra total.

**Palavras-chave:** Força Expedicionária Brasileira (FEB). Serviço Postal da Força Expedicionária Brasileira (SPFEB). Relatórios Confidenciais. Censura brasileira na Segunda Guerra Mundial.

## Abstract

This research aims to present the governmental structure of censorship in the Postal Service of the Brazilian Expeditionary Force (PSFEB) in Rio de Janeiro, at the end of the Second World War (1939-1945) and the Estado Novo (1937-1945). The issue involves the analysis of the content of the letters written to the combatants and their repercussion on society at the time, especially because they represented an impact on the morale of the expeditionary soldiers. For the theoretical reference, we base ourselves on studies on the Brazilian Expeditionary Force, on the censorship applied by the Press and Propaganda Department through the School of Censors and on the history of mentalities in that period. With regard to methodological support, reports on correspondence censored by PSFEB were analyzed qualitatively, based on instructions on how to use letters as historical sources. The results point to a new perception about the structuring of a postal service that, at the time, was effective in its mission – transmitting the messages of private life and raising the morale of the combatant, even though they were in the chaotic scenario of total war.

**Keywords:** Brazilian Expeditionary Force (FEB). Postal Service of the Brazilian Expeditionary Force (PSFEB). Confidential Reports. Brazilian Censorship at World War II.

## Introdução

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) reservou para o Brasil uma série de transformações políticas e culturais na sociedade da época. E, com o envio de tropas para a guerra na Itália, isso se intensificou. O esforço de guerra ultrapassou os limites dos quartéis e convocou a população para mostrar o seu apoio na causa brasileira em solo italiano. No entanto, o impacto na moral dos soldados de acordo com as postagens de cartas foi avaliado por uma equipe de censores civis e militares que receberam instruções dos Estados Unidos da América (EUA) e do governo brasileiro. Assim, a problemática reside em que medida foi aplicada a restrição da entrega das cartas aos combatentes da Força Expedicionária Brasileira<sup>1</sup> na Itália.

O recorte temporal em estudo é o Estado Novo (1937-1945), período ditatorial implantado por Getúlio Dornelles Vargas na figura de Presidente da República do Brasil e a atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) na Escola de Censores e no Serviço Postal da Força Expedicionária Brasileira (SPFEB). “O Estado Novo (1937-1945) foi um regime de exceção com um projeto de modernização do Estado (...) No plano político, o período ficou marcado pelo fechamento do Congresso Nacional e na intervenção direta do poder central sobre os estados da federação” (PEREIRA, MOREIRA & MESQUITA, 2021, p. 164). Além de destacar a atuação do SPFEB durante os anos de 1944 e 1945, explicaremos a aplicação da censura de acordo com relatórios em estudo. O recorte espacial é da atuação da censura postal militar no Correio Coletor Sul, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal do Brasil, onde eram feitas, pelos censores, as análises das cartas enviadas ao front – decidindo se seriam censuradas ou não.

Os relatórios confidenciais do SPFEB em destaque estão no Arquivo Histórico do Exército (AHEx). Esses documentos, outrora classificados como sigilosos, eram elaborados pelos censores civis, e depois militares, todos formados pela Escola de Censores do Departamento de Imprensa e Propaganda, com treinamento nos EUA, para justificar a censura de cada carta analisada que saía do Rio de Janeiro, com destino à Itália. Os 3 (três) relatórios confidenciais analisados, embasados em 3 (três) cartas analisadas pelos censores, foram endereçados ao Comandante da FEB, general de divisão João Baptista Mascarenhas de Moraes. Tanto os relatórios confidenciais quanto o livro de instruções (ISPFB) foram supervisionados e assinados pelo major chefe do Correio Coletor Sul, no Rio de Janeiro, João Wellisch Júnior, no ano de 1944.

Cabe enfatizar que as cartas censuradas e diagnosticadas como possíveis ameaças pelo SPFEB e analisadas nesses relatórios apresentados, não estão disponíveis no AHEx e não foram encontradas pelos arquivistas da instituição. Acredita-se que elas tenham sido liberadas aos seus

---

<sup>1</sup> A declaração de guerra realizada por Vargas em 31 de agosto de 1942 (BRASIL, 1942) e a criação da FEB em 9 de agosto de 1943, (BRASIL, 1943), contribuíram para a criação de um órgão gestor das correspondências recebidas e enviadas concernentes ao esforço de guerra brasileiro.

destinatários com os respectivos recortes feitos à tesoura, uma prática habitual. O critério para avaliação desses relatórios e das respectivas cartas censuradas foi devido à qualidade do material que dispomos. No tocante ao decorrer do tempo, esses relatórios encontram-se com a tinta fraca, outros ilegíveis. Todavia, isso não nos impede de transmitir a relevância do tema em questão e das fontes inéditas apresentadas.

Nos relatórios internos e outrora confidenciais, são indicados os remetentes e os destinatários. Porém, de acordo com o Código Civil brasileiro (Capítulo III, seção I, Art. 1.169), com a Lei de Acesso à Informação no Brasil (Capítulo IV, seção V, art. 31, § 1º, I e II) e acima de tudo, com a emenda à Constituição Federal do Brasil (Art. 1º-4º), esses dados foram revelados utilizando somente as siglas dos nomes dos missivistas, apenas com o intuito de problematizar o que era censurado pelo SPFEB e como isso poderia ameaçar a segurança nacional.

No segundo semestre de 2021, em virtude da pandemia do coronavírus (covid-19), o AHEx, recebeu pesquisadores no modelo presencial e foi consultado seguindo os protocolos de segurança da Organização Mundial da Saúde (OMS), respeitando a agenda da instituição devido o volume de solicitações. Outros documentos do AHEx ainda seguem em análise.

A partir do acesso aos arquivos digitais como o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), verificamos a existência de artigos científicos que contribuiriam para as pesquisas nos arquivos.

O contexto do Estado Novo e da respectiva censura que era aplicada no período, tem embasamento teórico com os estudos de Cancelli (1993), Cytrynowicz (2002), Fáveri (2002), Mendonça (2016) e Barbosa (2017).

O quadro teórico sobre a FEB contou com os estudos de Costa (2010), Ferraz (2012), Pereira (2020), Pereira, Moreira e Mesquita (2021), Barone (2013) e Braga (1985). Cabe enfatizar que para embasar o estudo dos documentos institucionais, nos amparamos na metodologia explicada por Luca (2018), Oliveira (1984) e Zicman (1985). E sobre o uso de correspondências como fontes históricas, são analisados os estudos de Ferreira (2004) e de Malatian (2005).

Adicionalmente, foram ilustrados os tópicos da nova história cultural e da história das sensibilidades, em diálogo interdisciplinar com a sociologia, a antropologia e a comunicação social, a partir das análises de Travancas (2014), Audoin-Rouzeau (2013) e Matos (2001). E isso é importante para estruturar o panorama cultural da FEB.

Em paralelo, foram apresentadas as obras de Becker (1996), Cruz e Peixoto (2007), Luca (2011) e Morel (2005) para embasar as fontes sobre a mentalidade e documentos no século XX. Ainda, é levada em consideração uma reflexão acerca das mentalidades em outro período, mas de guerra:

A história das mentalidades gosta dos 'espaços' amplos da longa duração, onde se determinam as atitudes profundas, a conduta dos indivíduos durante séculos, ou, ao menos, prefere os horizontes mais limitados da média duração, que registram as mudanças progressivas de uma geração para outra. A história da opinião pública, para retomar uma expressão de Fernand Braudel, é uma 'micro-

história', 'atenta ao tempo breve, ao indivíduo, à história'. Por tempo breve, deve-se entender a reação imediata a um acontecimento preciso e num momento estritamente delimitado. (BECKER, 1996, p. 189)

As ideias do Estado Novo, como explica Mendonça (2016), com o destaque para a censura do DIP, revelavam contradições políticas, tanto no que diz respeito ao anterior alinhamento do Brasil com os países do Eixo e o discurso autoritário, quanto à intensificação da "Política de Boa Vizinhança"<sup>2</sup> firmada com os EUA sobretudo depois do ataque japonês a *Pearl Harbor* em 7 de dezembro de 1941. Sendo assim, apresentamos uma pesquisa que está sendo desenvolvida sobre a Força Expedicionária Brasileira, que é um dos temas históricos mais desvalorizados na sociedade brasileira e "deixa claro o esquecimento, o quase 'não estar na história' de um grupo de 25.334 pessoas" (FERRAZ, 2012, p. 21). Dessa forma, o estudo das sensibilidades da sociedade e do indivíduo proporciona uma nova forma de ilustrar a memória em diálogo com a história militar sobre a FEB.

### **Censura, por qual motivo?**

O estudo da História permite ao leitor uma (re)visita ao passado e, conforme destaca Morel (2007, p. 17-30), propicia o combate aos elementos anacrônicos, em termos historiográficos, nos estudos atuais. Para isso, não se deve pensar a censura postal militar, do SPFEB, como vilã ou heroica, apenas deve ser encaixada ao ambiente complexo em que se encontrava o Brasil durante o período do Estado Novo (1937-1945) – ou até mesmo, antes disso. Primeiramente, Cancelli destaca que "a criação do tribunal de segurança nacional, em 12 de setembro de 1936, facilitou a ingerência da Justiça como uma criação que visava efetivamente manter o governo no poder (...) [e] começava a preencher uma lacuna na estratégia de poder totalitária" (CANCELLI, 1993, p. 210). Isso mostra que as estratégias políticas para incitar um controle da população aconteciam antes de iniciado o regime. Em uma revisita ao contexto em questão, cabe entender que nos anos de 1936, e sobretudo em 1937, Vargas, por meio das políticas do DIP, fazia uma combinação de repressão com o controle paternalista, nas leis de proteção ao trabalhador e, "apesar da repressão e da censura (...) Getúlio Vargas, o "Gegê", continuava a ser uma figura prezada" (CYTRYNOWICZ, 2002, p. 190-191).

Cabe observar, ainda, que durante o Estado Novo houve a problemática ideológica no período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com as potências que iniciaram o cenário da guerra total. Em um primeiro momento, Vargas se alinhava com as características de governos totalitários, como as de Benito Mussolini (na Itália fascista) e de Adolf Hitler (na Alemanha nazista). No entanto, a partir de 1942, com a declaração de guerra ao Eixo, houve uma guinada em favor dos Estados Unidos da América e seus aliados.

---

<sup>2</sup> A Política de Boa Vizinhança foi a estratégia utilizada pelos Estados Unidos da América, tanto no aspecto econômico e político, quanto cultural, visando estabelecer relações amigáveis com outros países, como o Brasil, após o "crack" da Bolsa de Valores de Nova York em 1929. Fez parte, ainda, da política intervencionista do *New Deal* (1933-1937) no governo de Franklin Delano Roosevelt.

Segundo a tese de doutorado de Fáveri (2002), muitos foram os imigrantes que vieram para o Brasil antes de 1942, e manifestavam suas tradições culturais, redes de relacionamento e se comunicavam de acordo com seu respectivo idioma. Cabe dizer que estes imigrantes foram os primeiros a sofrer com a censura, pois no decreto deste ano, não poderiam ser pronunciados no Brasil os idiomas: alemão, italiano e japonês.

Os estrangeiros e descendentes temiam pelos parentes na Europa, e, claro, as cartas iam e vinham... Isso é, não sem censura, exceto quando a driblavam. Vera Molenda possui cartas recebidas por sua mãe de parentes na Alemanha, escritas em alemão e constando notícias breves de quem morreu, casou, que estavam todos bem e abraços, somente. Disse-me que as cartas eram enviadas pela Cruz Vermelha, com máximo de 25 palavras, e passavam pela censura tanto aqui no Brasil quanto lá na Europa. Parecia telegrama... Numa delas há um bilhete datilografado grampeado em anexo, com carimbo da Cruz Vermelha e datado do dia 30 de maio de 1942. (FÁVERI, 2002, p. 306)

Fáveri indica, assim, os movimentos de resistência no tocante à censura em cartas, pois as “estratégias eram inventadas, (...) [como] enviar cartas camufladas, driblar a escuta, silenciar — mesmo porque num ambiente de repressão, as astúcias e redes de solidariedades se reproduzem” (*Ibidem*, p. 311-312). Sabendo desses fatos, o DIP passou a reinventar também as suas estratégias quanto à censura. Para tornar-se efetivo, sobretudo “a partir do Rio de Janeiro, capital da República e cidade que detinha a hegemonia da cena cultural do país” (CYTRYNOWICZ, 2002, p. 180-181) – foi estabelecido o Correio Coletor Sul que, segundo Costa (2010), recolhia a maior parte das correspondências do Brasil. Conforme elucidamos, o objetivo será analisar os relatórios do Correio Coletor Sul. O Correio Coletor Norte, por sua vez, ficava em Natal-RN – e ficará de fora desse estudo.

Mobilizar a população, fazê-la marchar, era um dos ideais centrais da ideologia do Estado Novo. No Estado Novo, mulheres, enfermeiras, trabalhadores, escolares, crianças, escoteiros e até cegos marchavam. A “Marcha para oeste”, a “marcha com Rondon”, a “marcha para o progresso”, para a conquista da Amazônia, a “marcha para a industrialização”, a “marcha para a civilização”, “marcha para o futuro”. Para marchar era necessário mobilizar. Com a declaração de guerra em 1942, a guerra, antes metáfora vaga da mobilização, torna-se pretexto concreto para fazer o país marchar, unir-se, vigiar, devotar-se à causa nacional. (CYTRYNOWICZ, 2002, p. 197)

Segundo às estratégias do DIP para a mobilização nacional, segundo Cytrynowicz, estava a união da população brasileira, pois todos deveriam ser devotos ao sentimento de pertencimento à Nação. Assim, a expectativa de unir o cidadão que ia para a guerra com aqueles que ficavam gerou a necessidade de sanar o desafio do envio de correspondências. A tentativa de estabelecer um serviço postal naquele momento era de suma urgência, ainda mais pelo fator psicológico que isso representaria aos combatentes, tanto para o indivíduo, quanto para a totalidade – e o resultado dessas ações:

A Segunda Guerra Mundial impactou para muito além da vida, da sociedade dos beligerantes, dos soldados e de suas famílias. **A logística, a mobilização dos homens e das correspondências foi objeto de consideração dos fatores morais dos envolvidos. O objetivo principal foi elevar o moral das tropas e dos civis em esforço de guerra, para que o lado de quem escreve e de quem lê funcionem em sinergia.** A falta de comunicação, por cartas ou telegramas, implicou em sérias consequências para as pessoas que não

receberam a notícia esperada. (PEREIRA, MOREIRA & MESQUITA, 2021, p. 164, *grifo nosso*)

Assim, os documentos da época direcionam o historiador para a compreensão das características culturais, em interseção do que se escrevia e se falava (MOREL, 2007, p. 27-28). É necessário assim, destacar o papel de cada indivíduo nessa sociedade. Luca (2018) explica que a história cultural permitiu uma renovação nas questões estudadas a partir de outros documentos, não sendo somente os escritos oficiais, como fontes históricas.

A partir de então, passaram a acontecer novas pesquisas sobre modos de vida, práticas políticas, sociabilidade, imprensa e arquivos policiais, como exemplo, a abertura do Departamento de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro e Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS). São esses tópicos que serão elucidados, em virtude das consultas presenciais ao AHEx, com um acervo completo sobre a FEB aberto a pesquisadores civis e, nesse estudo, a análise dos arquivos confidenciais do SPFEB. Ainda, devemos enfatizar a atuação da censura:

O DIP também agia por meio da censura, ao proibir a vinculação, em jornais, revistas, rádios ou qualquer outro meio de comunicação de massa, notícias que, ao seu critério, denegrissem a imagem do Presidente, seus atos ou de qualquer membro do governo, ou que ainda estivesse em desacordo com a ideologia proposta pelo regime. **Com a declaração de guerra e o envio de tropas para os combates, a instalação da Censura Postal Militar foi necessária, pois eram questões de segurança nacional e mundial as medidas de contrainteligência que evitassem que informações sobre o que ocorria nos campos de batalha caíssem em poder dos Estados em guerra contra os aliados.** No envio das cartas, às vezes de maneira involuntária, o soldado acabava fornecendo esses dados, que se não fossem devidamente monitorados por algum órgão, seriam tratados como informação de guerra. (COSTA, 2010, p. 4, *grifo nosso*)

De acordo com o que nos explica Costa (2010), o Estado Novo suprimia a liberdade de expressão em diversos aspectos da sociedade brasileira. Segundo o Relatório Geral do Serviço Postal da Força Expedicionária Brasileira (RGSPFEB), esse órgão não-divisionário foi criado em 26 de abril de 1944 (BRASIL, 1944), iniciou as suas atividades em 29 de julho do mesmo ano. Para que possamos explicar os fatores para a censura no Correio Coletor Sul, no Rio de Janeiro, se faz necessário ilustrar como o Serviço Postal da FEB atuava na Itália:

As cartas dos pracinhas eram revisadas por três níveis de triagem: a “**operacional**”, com o objetivo de verificar se os militares estavam informando detalhes das operações; a **verificação da conduta** tomada pelos soldados em território italiano; e a **triagem ideológica** feita pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O DIP era responsável pelas diretrizes e execuções da propaganda do Estado Novo e vetava cartas que faziam críticas ao governo de Getúlio Vargas. (PEREIRA, MOREIRA & MESQUITA, 2021, p. 172, *grifo nosso*)

Nesse ínterim, destacamos a minuciosa verificação e censura das correspondências de ambos os lados e, notoriamente, a frustração dos soldados que as recebiam – em cortes. Todavia, a estratégia para a censura das cartas visava à supressão de informações relevantes para o avanço tático da FEB, como veremos no próximo tópico. Vale ressaltar ainda que as atividades de inspeção anteriores a essa data eram feitas por censores civis, e, todos que assumissem essa

função precisariam passar pela Escola de Censores da Censura Postal Brasileira, supervisionada pelo DIP:

De acordo com o artigo 54 das disposições gerais da Portaria nº 6.413-A, **todos os censores inicialmente civis e posteriormente militares estagiaram na Escola de Censores da Censura Postal Brasileira**, aonde foram instruídos convenientemente, pondo-se a par dos métodos mais modernos da censura postal norte-americana, cujos princípios foram difundidos na CPB por dois técnicos norte-americanos.<sup>3</sup>

Costa elucida que todo o complexo para a censura das correspondências valia-se, inicialmente, para que fossem evitadas declarações que trouxessem desarmonia à tropa sendo que, “para o militar que recebia uma carta censurada, só restava a frustração de algo que foi perdido e não poderia ser recuperado” (COSTA, 2010, p. 9). Todavia, existiam correspondências que sim, prejudicariam e muito o avanço das tropas brasileiras e os planos aliados naquele teatro de operações (TO).

Conforme constam nos relatórios do SPFEB, foram encontradas nos textos analisados as dificuldades que remontavam a obsolescência militar no governo Vargas. Segundo o que explica Pereira (2020), houve uma obsolescência devido aos equipamentos não estarem em condições para uso, sobretudo em virtude de a Doutrina Militar Francesa empregada entre 1919 e 1940 destinar esses recursos para uma estratégia defensiva, tal qual aquela utilizada na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Em contraponto, os equipamentos desenvolvidos na Segunda Guerra Mundial eram ainda mais modernos, o que gerava uma necessidade de uma nova modernização e de, conseqüentemente, uma nova doutrina militar a ser aplicada na força terrestre brasileira. Ferraz ainda explica que as dificuldades das Forças Armadas (FFAA) brasileiras eram características de um todo, em virtude do despreparo das tropas, equipamentos e estrutura militar brasileira durante o governo Vargas:

Qualquer que fosse o critério de análise, a estrutura do Exército brasileiro, no início da década de 1940, seria reprovada para a ação numa guerra daquela magnitude. **Os equipamentos, as armas, as instalações de treinamento eram deficientes. A instrução de combate carecia de itens mínimos, a começar pela munição, que deveria ser gasta com parcimônia.** (...) Uma vez selecionados, os futuros expedicionários foram concentrados em unidades militares do Rio de Janeiro, para treinamento, enquanto aguardavam a ordem de embarque. **As instalações eram precárias para acomodação de milhares de homens além da capacidade máxima.** As unidades expedicionárias tinham de conviver diariamente com as não expedicionárias, e as provocações e desentendimentos mútuos eram frequentes. (FERRAZ, 2012, p. 55-65)

As dificuldades eram inúmeras. Tanto que “a mobilização atabalhoada e às pressas do primeiro escalão permitiu o ingresso de militares da reserva com treinamento parco e desatualizado, calcado na doutrina francesa” (PEREIRA, MOREIRA & MESQUITA, 2021, p. 177). E com o Serviço Postal não foi diferente. Na análise dos relatórios e instruções minuciosas, foram destacadas algumas informações precisas e que corroboram com a discussão bibliográfica e com os objetivos de entender: “Censura, por qual motivo?”. No Capítulo IV do RGSPFEB, endereçado

---

<sup>3</sup> AHEX. Arquivo Histórico do Exército. Relatório Geral do Serviço Postal da Força Expedicionária Brasileira do Correio Coletor Sul, 1944, p. 20-21, *grifo nosso*.

ao comandante da FEB, general Mascarenhas de Moraes, foi assinalado que as correspondências sofreriam uma rigorosa censura: ora por desmotivar a tropa; ora por ameaçar a Segurança Nacional, conforme vistos nos casos anteriores dos imigrantes que conseguiam burlar os controles governamentais, como em Cancelli (1993), Cytrynowicz (2002) e Fáveri (2002); ora por colocar em risco as operações táticas da FEB. As justificativas para censura nos relatórios vão além:

Capítulo IV: A Censura Postal Militar no Correio Coletor Sul teve a norteá-la as instruções abaixo transcritas: I- Toda a correspondência destinada ao pessoal da Força Expedicionária Brasileira em ultramar sofrerá no Correio Coletor Sul (no Rio e do Norte (em Natal) **uma rigorosa censura que impeça a transcrição de qualquer notícia prejudicial ao estado moral da tropa ou que possa quebrar o sigilo que deve cercar medidas que digam respeito a Segurança Nacional, bem como a vida e as operações da FEB.**<sup>4</sup>

Ademais, o moral da tropa era algo a se preocupar. Isso porque, além da FEB apresentar uma estrutura sucateada, com pouco treinamento e equipamentos obsoletos como vimos com Ferraz (2012), o *modus vivendi* do brasileiro era tipicamente rural. "Assim, as cartas assumiram o *ethos* integrador entre o combatente e o mundo em volta, manifestando o apoio àquela ação extrema de combater o inimigo" (PEREIRA, MOREIRA & MESQUITA, 2021, p. 173). Por outro lado, as cartas escritas por mulheres voluntárias, incentivadas pela primeira-dama Darcy Vargas na Legião Brasileira de Assistência (LBA), contribuíram para a elevação do moral dos soldados e, evidentemente, essa escrita foi incentivada e até mesmo custeada pelo governo:

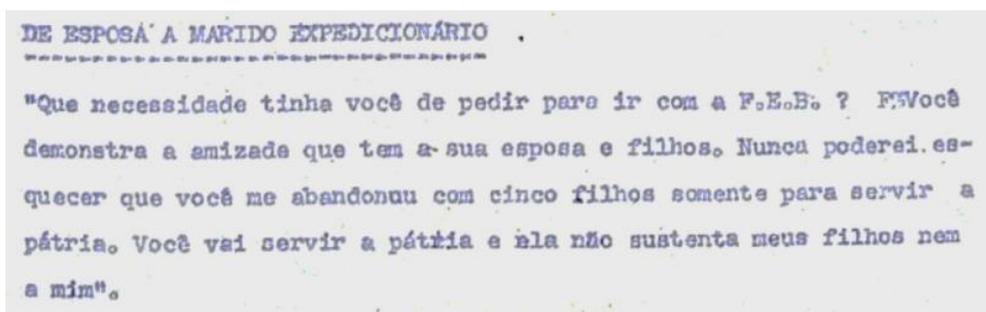
Conhecida por sua sigla, a LBA foi fundada em 28 de agosto de 1942 por Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas, com a finalidade de "amparar os soldados brasileiros e seus familiares" por parte dos "brasileiros de boa vontade" durante os anos em que o Brasil participou da 2ª Guerra Mundial. A Legião Brasileira de Assistência foi criada em parceria com o Estado e com o empresariado brasileiro e se fixou como instituição fortemente marcada pelo trabalho voluntário feminino. Contudo, foi além de seu objetivo inicial e organizou, desde os primeiros meses de atuação, uma rede de assistência que, por intermédio do voluntariado, abrangeu todo o território nacional. (BARBOSA, 2017, p. 11)

Segundo Barbosa (2017) e o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX, 2018, s/p), uma prática meritória da referida LBA foi a motivação às associadas da legião escreverem cartas aos militares que estavam na Itália. Essas mulheres receberam o apelido carinhoso de "Madrinhas" dos expedicionários. Nas cartas, relatavam notícias da terra natal, desde que não afetassem os interesses políticos do regime brasileiro, falavam sobre suas vidas particulares e de familiares, os motivando a permanecerem na luta. As mulheres então, escreviam. As madrinhas, muitas vezes entendidas como "fãs" dos expedicionários, despertavam ciúmes nas suas respectivas esposas e namoradas. Sobre o sentimento feminino, é necessário destacar papel da Mulher no período da guerra, como esposa e mãe dos filhos dos combatentes, até mesmo para entender por que seus conteúdos eram censurados:

---

<sup>4</sup> AHEX. Arquivo Histórico do Exército. Relatório Geral do Serviço Postal da Força Expedicionária Brasileira do Correio Coletor Sul, 1944, p. 20, *grifo nosso*.

**Figura 1** – De esposa a marido expedicionário.



DE ESPOSA A MARIDO EXPEDICIONÁRIO .  
"Que necessidade tinha você de pedir para ir com a F.E.B. ? Você demonstra a amizade que tem a sua esposa e filhos. Nunca poderei esquecer que você me abandonou com cinco filhos somente para servir a pátria. Você vai servir a pátria e ela não sustenta meus filhos nem a mim".

Fonte: RGSPFEB, 1944, p. 21.

A figura acima, retirada de um dos relatórios, ilustra as frustrações daqueles que ansiavam por informações mais precisas e do amparo institucional às famílias dos militares da FEB. Nesse escopo, são analisados os pontos de vista institucional, do expedicionário enquanto indivíduo, e daqueles que esperavam por notícias no Brasil, ou seja, esposa, família, amigos, voluntários e madrinhas da LBA.

A presente transcrição, extraída de quase mil relatórios, não tem outra finalidade senão (sic) a de corroborar as afirmações acima e dar elementos concretos sobre o que se passou em um serviço tão combatido e atacado. **Para conservar o sigilo absoluto que merece a correspondência é abstraído os nomes dos correspondentes e destinatários.**<sup>5</sup>

O "esperar" pode ser encarado de diversas formas e, dentre estes, o processo de subjetivação do Homem e como este foi construído no século XX. Cabe ressaltar que houve uma nova percepção acerca do significado do masculino na história cultural e isso repercutiu nos novos estudos sobre a história das sensibilidades. Audoin-Rouzeau afirma que a instrução militar, o treinamento dos soldados do século XX, de uma dureza impiedosa teria forçado pelo enquadramento moral a estruturar o *habitus* militar-viril (AUDOIN-ROUZEAU, 2013, p. 247). Para Matos, a masculinidade hegemônica ensinada no período, projetava nos homens dos anos 1940 e 1950, a força, a ação e a iniciativa – ou seja, o poder viril. Isso "servia como medida no julgamento de si e dos outros, vinculado em paralelo à competitividade e à própria ética do provedor – o homem capaz de sustentar uma mulher e seus filhos" (MATOS, 2001, p. 51).

Portanto, entendemos que a construção do soldado brasileiro que lutou na Segunda Guerra Mundial se pautou nesses princípios, sustentando a expectativa de um Homem-herói que vai para a guerra, representando o seu País e sua família. A título de exemplo, veremos os relatos do aspirante José Jerônimo de Mesquita, primeiro oficial a tombar em combate na Itália.

<sup>5</sup> AHEX. Arquivo Histórico do Exército. Relatório Geral do Serviço Postal da Força Expedicionária Brasileira do Correio Coletor Sul, 1944, p. 21-22, *grifo nosso*.

## "O pão espiritual dos soldados" e os relatórios confidenciais do SPFEB

O serviço postal na guerra é tão ou mais importante que o dos abastecimentos e a palavra ilustre do chefe militar norte-americano, abaixo transcritas, no original, destacam a influência de uma carta ao ânimo dos combatentes. **É o pão espiritual dos soldados.** "The fighter with a letter from home is more likely to escape injury. He is more alert... reacts faster under fire."<sup>6</sup>

A FEB foi formada por brasileiros de regiões distintas, em um país de proporções continentais. Segundo o que apontam os relatórios do SPFEB, os relatos dos expedicionários, e os estudos do outrora mencionado referencial teórico sobre a FEB, muitos apresentavam comportamentos de meninos, antes mesmo de se tornarem soldados.

Como nos mostra Ferraz, o contingente estava despreparado para as ações e apresentava características heterogêneas, mas embarcou em cinco escalões para o teatro de operações. Eram "jovens, na sua maioria entre 20 e 30 anos de idade, possuíam origens, geralmente, nas classes trabalhadoras das cidades e das regiões rurais" (FERRAZ, 2012, p. 69). Logo, se uma carta teria o efeito de alterar o moral do combatente, a censura aplicada teria como efeito não levar uma situação de conflito de consciência pelo fato do soldado ter deixado a família para combater em solo europeu.

As cartas são classificadas, de acordo com o que escreveu o Major João Wellisch Junior em seu relatório, como "o pão espiritual dos soldados". Nesse panorama, indicamos, com os estudos de Ferreira (2004) e Malatian (2015), a importância da utilização de cartas como fontes históricas, essencialmente no que diz respeito à construção da mentalidade da época, à análise da vida privada e às redes de relacionamentos familiares. Nesse contexto, "são praticamente inexistentes trabalhos que focalizem correspondências domésticas e íntimas de pessoas anônimas, concentradas em descrever relações familiares. Esse pode ser, contudo, um rico instrumento de análise histórica" (FERREIRA, 2004, p. 254).

No contexto em análise, a guerra revela, por meio das letras manuscritas, as representações do sujeito na escrita de si, pois o mesmo está exposto aos mais diversos sentimentos de angústia, sofrimento, medo da morte. Segundo a obra de Malatian, a escrita das correspondências gera uma expectativa de reciprocidade, comportando diálogos e silêncios sobre as "notícias dizíveis (doenças, tratamentos de saúde, trabalho, detalhes do cotidiano) e apenas fazer supor as indizíveis (gravidez, problemas conjugais, dúvidas e incertezas religiosas, dinheiro, morte, sexo)" (MALATIAN, 2015, p. 197). Além disso, no recorte temporal em análise, observamos que essa prática, era de fato e como enfatiza a autora, "cultivada em maior extensão pelas mulheres. (...) O envio e o recebimento de notícias, com frequência e regularidade, constituíram-se em dimensão da vida cotidiana e, nela, a figura do carteiro passou a ocupar papel de destaque: era "o mensageiro esperado e recebido com alegria" (*Idem*).

Por esse motivo,

---

<sup>6</sup> AHEx. Arquivo Histórico do Exército. Relatório Geral do Serviço Postal da Força Expedicionária Brasileira do Correio Coletor Sul, 1944, p. 1, *grifo nosso*. "O soldado com uma carta de casa tem mais chance de escapar do prejuízo. Ele está mais alerta... reage mais rápido sob fogo." (*tradução nossa*).

Ao ter acesso a esses fragmentos, o historiador espia por uma fresta a vida privada palpitante, dispersa em migalhas de conversas a serem decodificadas em sua dimensão histórica, nas condições socioeconômicas e na cultura de uma época, na qual público e privado se entrelaçam, constituindo a singularidade do indivíduo numa dimensão coletiva. (...) Censura e autocensura são parte integrante da atividade epistolar. Será grande a decepção do pesquisador ao se deparar com resistências de familiares em entregar o tesouro até então ciosamente guardado. (MALATIAN, 2015, p. 200-201)

O próprio Major Chefe do Correio Coletor Sul, no RGSPFEB identificou algumas falhas da implantação do Serviço Postal, ainda mais no que diz respeito ao acesso à informação. Primeiramente, reconheceu que o órgão pertencia a um núcleo não divisionário, exógeno ao dispositivo da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária e que tal estrutura era inexistente no organograma do Exército Brasileiro. Em segundo lugar, como as atividades da linha de frente eram a prioridade, as tarefas de apoio logístico e administrativo ficaram sem espaço para divulgar as suas ações perante os soldados e para fazer os esclarecimentos necessários à sociedade brasileira. De forma complementar, o major ressaltou que "faltou ao público orientação que bem definisse os assuntos de sua correspondência, o que poderemos atribuir como falta do Serviço Postal, porém não menos verdade que faltou a esse mesmo público preparação moral para a guerra".<sup>7</sup>

A preocupação maior, justificada pelas ISPFEB era de que as cartas, mesmo sendo inofensivas, portassem um plano criminoso contra o Brasil ou determinassem mais torpedeamentos de navios brasileiros, "como os ocorridos entre fevereiro e agosto de 1942".<sup>8</sup> Ainda assim, é importante destacar que o Serviço Postal da FEB obedecia às pretensões do Estado Novo, pois era um "serviço de evidente relevância, [que] colabora com o Governo, prestando-lhe informações precisas, que vão orientá-lo nas providências preventivas, acautelatórias dos interesses da Pátria".<sup>9</sup>

Por esse motivo, "uma das formas de manter o soldado em condições psicológicas para atuar é a escrituração de cartas para a manutenção de seus laços afetivos com os seus pais, esposas, namoradas" (COSTA, 2010, p. 2) e, conforme destacamos anteriormente, se a preparação dos militares da FEB não pôde ser eficaz, pelo menos seu moral deveria estar alto. O papel do herói visto pelo eixo cultural das sensibilidades, explica os fatores para a construção dessa mentalidade no decorrer do século XX. Em suma, os "detalhes confidenciais sobre os relacionamentos amorosos vêm à tona, demonstrando a fase da juventude contrastada pela experiência de guerra, onde a ciência de que pode morrer a qualquer momento da campanha impeliram jovens como ele a viver momentos especiais" (PEREIRA, MOREIRA & MESQUITA, 2021, p. 170). A preocupação da família aumentava e o medo de ir para a guerra, ou estar nela, desencadeava a angústia da morte. Um exemplo disso foi o silêncio das correspondências do

---

<sup>7</sup> AHEx. Arquivo Histórico do Exército. Relatório Geral do Serviço Postal da Força Expedicionária Brasileira do Correio Coletor Sul, 1944, p. 21.

<sup>8</sup> AHEx. Arquivo Histórico do Exército. Instruções para o funcionamento do Serviço Postal da Força Expedicionária Brasileira no Correio Coletor Sul, 1944, p. 13.

<sup>9</sup> *Idem*.

aspirante José Jerônimo de Mesquita, quando deixou de dar notícias da Itália. O estranho fato “antecedeu o telegrama do Ministro da Guerra em 25 de novembro de 1944, no qual lamentava comunicar que José estava desaparecido no campo de batalha. Seu pai não resistiu à notícia e veio a falecer um mês depois” (PEREIRA, MOREIRA & MESQUITA, 2021, p. 177). Além disso, a mãe do aspirante, que estava grávida, teve que ser internada em consequência do estado depressivo que apresentou após a notícia. Tais acontecimentos refletem a importância da manutenção de uma rotina de troca constante de correspondências entre os familiares e os militares. Nesse escopo, Pires destaca um trecho de conversa escrita pelo piloto de caça Fernando Corrêa Rocha sobre o valor de uma carta que chega ao *front*:

Agora vocês sabem meu endereço novo, me escrevam sempre. Não vocês dois (os pais), pois sempre foram *on the ball* quanto à correspondência, mas o pessoal miúdo não dá sinal de vida. O Mocellin (outro Aviador) e seu amigo do Brasil recebe uma carta por semana, o que me dá uma bruta inveja. Tem dias que eu pagaria 100 *greens* (dólares) por uma carta de casa. Faça um aí na família uma campanha a meu favor pedindo mais cartas para soldados. Isso ajuda muito a nossa moral. (PIRES, 2012, p. 87)

Dessa forma, a expectativa que era depositada no homem, enquanto indivíduo, na primeira metade do século XX era complexa, e isso refletia no modo de agir do indivíduo, porque “ser homem significava ser honesto, trabalhador e provedor (...) um herói distante e ao mesmo tempo temido (...) [isso] constituía a imagem que socialmente se esperava de um homem” (MATOS, 2001, p. 51).

O aspirante José Jerônimo, durante os combates no Vale do Rio Serchio, fazia planos de constituir um núcleo familiar com a sua noiva Maria. Ele pretendia construir uma residência de frente para o mar em Maricá e pediu ajuda a um amigo arquiteto, caso retornasse ao Brasil, coisa que achava difícil, dado o risco que estava correndo, concluir o plano:

Podes ir estudando a planta para ser construída em Ponta Negra. Casa com sala, dois quartos, banheiro, cozinha e uma varanda. Coisa pequena, mas bem confortável. Não me incomoda degastar uns trinta contos, mas quero um recanto onde se pode ficar alheio de tudo, ter uma boa geladeira (...) o que achas? Uma varanda envidraçada. Aliás, a sala envidrada dando para o mar. Uma boa pequena (garota), umas tintas, telas, e ficar de papo para o ar. Acho que, se voltar, será uma boa vida para nós. Pretendo comprar uma barata (carro de passeio) e vai estar para nós a vida sem dar bola para ninguém. Peço-te que estudes um projeto e me envia pode ir apressando material e calculando a “moamba”. (JOPPERT, 2011, p. 11)

Dessa forma, ao se ocupar com “coisas sérias” (MATOS, 2001, p. 52) como a guerra, não eram abertos os espaços para características femininas e buscavam “limitar e ocultar suas expressões de sentimentos, nunca chorar, calar o sofrimento e sentimento, não cantar, não ficar deprimido, amputar parte de si, do corpo e do coração, emoções e sentimentos” (*Idem*). Assim, o governo Vargas incentivava tantas mulheres a escreverem para os expedicionários, seja por mães, esposas, namoradas ou as madrinhas, visto que somente ao coração feminino é permitida essa compreensão, ainda que nas entrelinhas:

Assim, tornava-se difícil para os homens falar de seus medos, inseguranças e fantasias, não deviam se queixar de insatisfações ligadas ao terreno afetivo, ocultar os sentimentos, reprimir, aguentar, suportar a dor, não exprimir

fraquezas, inseguranças e vulnerabilidades. Uma instância pública em que **ao homem se permite falar com sinceridade sobre seus sentimentos com relação à mulher, confessando suas angústias, medos, fraquezas, dores e desejos**, era a poesia e a música e, de forma invertida, o humor. (MATOS, 2001, p. 52)

O homem isento de emoção, que abandonaria parte de si mesmo para enfrentar a guerra, ou seja, aquele indivíduo com características inatingíveis impostas pelo Estado Novo, não era real. Além de frisar que as missões cresciam em proporção e riscos "esses escalões seguintes, foram, contudo, encaminhados ao combate sem o treinamento, tampouco a adaptação às armas e ao terreno, que o primeiro escalão pôde ter" (FERRAZ, 2012, p. 81). E ainda, Matos destaca a preocupação de quem ficava:

Juntamente com a dor (...) circulam a saudade e a sensação de perda. A experiência da saudade tem dimensão espacial (uma distância no espaço) e temporal, carrega a nostalgia de um momento perdido; um certo tormento de ter deixado escapar o estado de felicidade. Saudade (...) apesar de ser vista como elemento natural da essência humana, é particularmente vivenciada pela mulher, com múltiplos aspectos, concretizados melodicamente no "estar só", "sentir-se só" (...). Esta solidão pode estar vinculada à dor nostálgica pela distância do ser amado. (MATOS, 2001, p. 59)

Melancolia, dor da perda do ser amado que partia. Esse era o panorama de alguns relatos que devem ser estudados para que a representatividade da história das mentalidades e das sensibilidades construam o social da guerra. Em paralelo ao sentimento, destacamos a influência política para que fosse dada a voz, ou a escrita, aos indivíduos. Segundo Costa, os expedicionários eram motivados a escrever e, no Brasil, eram divulgados recados tanto nas cartas, quanto no rádio e nos jornais. "Era salutar para o espírito combativo do militar, que sentia estar participando de algo importante não só para o seu exército, mas também para sua Nação, sentimento que aflorava por meio das notícias de apoio de seu povo. (...) Enfim, de que não estava sozinho em terra estranha" (COSTA, 2010, p. 3). Entretanto, como lidar com a dicotomia do que deveria ou não ser dito, se o próprio Serviço Postal não tinha condições de efetivar instruções para a escrita? Travancas (2014) nos explica que o campo da comunicação abrange cada vez mais os trabalhos que realizam a análise do discurso e de conteúdo em pesquisas qualitativas. E Zicman aponta que "em trabalhos dentro de uma perspectiva antropológica, percebemos o envolvimento linguístico na análise de fontes históricas" (ZICMAN, 1985, p. 93). Dado o recorte histórico, a pressão era ainda maior, sobretudo pelo treinamento dos militares na Escola de Censores:

O regime autoritário do presidente Vargas ficou ainda mais fortalecido a partir de 1937, com a instituição do Estado Novo. A suspensão de eleições, alguns direitos individuais e coletivos e a perseguição à oposição foram traços marcantes deste período. Uma outra característica do Estado Novo foi a busca pelo controle dos meios de comunicações e das manifestações culturais existentes no País, com a intenção de controlar as massas populacionais e assim evitar movimentos oposicionistas e levantes, como forma de manutenção do poder, além de utilizar a máquina pública com a finalidade de mitificar sua imagem. (COSTA, 2010, p. 4)

Os estudos de Zicman mostram que "o método da Análise de Conteúdo consiste num conjunto de técnicas e instrumentos metodológicos capazes de efetuar a exploração objetiva de dados informacionais ou "discursos". Tal fator contribuiu para escapar dos perigos da

compreensão espontânea" (ZICMAN, 1985, p. 94). A análise do conteúdo das cartas não poderia direcionar para uma das três condicionantes de censura, seja pelo conteúdo político, tático ou estratégico.

A seguir, sugerimos que o leitor se atente ao conteúdo das fontes, onde encontramos 2 (duas) mulheres, no papel de namoradas de expedicionários, e 1 (uma) figura masculina. A data da censura, ou seja, todas estas tendo sido feitas no ano de 1944, e o teor de cada mensagem aos militares. Na transcrição, logo abaixo das imagens, procuramos destacar seus pontos principais, sobretudo o motivo pelo qual as cartas ficaram retidas pela censura postal.

**Figura 2 – Relatório Confidencial nº 457.**

CONFIDENCIAL					
MINISTÉRIO DA GUERRA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA CENSURA POSTAL		<b>F.E.B.</b>		RELATORIO Nº 457 PAGINA Nº 1 TOTAL DE PÁGS. 1	
REMETENTE:			DESTINATÁRIO: Sargento		
DATAS: DA CORRESP. 27 NOV, 944 DO CARIMBO 24 NOV, 944 DO EXAME 27 NOV, 944 DATILOGRAF. 11 de 2, 944			RELATORIOS ANTERIORES REM: Nro DEST: Nro		NATUREZA DA CORRESP. CARTA... Sim IDIOMA: Português ENCOMENDA CENSURADA ANTERIORMENTE POR: Nro
PARA O CHEFE DA CENSURA:			GRUPO: B	CENSO: 13	CH. DO GRUPO: 33 CATEGORIA: 2 Nº DE REGISTRO: 51.74.422
MAER MAG ME MES MF MG MJ MM MN MV AEDE BB CAW CFCE CME CMH CPOF CPPA CPSP CPBS CTS DASP DCT DESPB DIP DR EEUU FB IA IF IFC IRR PCDF PCN EM CIC CNP CNAEE DNG DNS DRI DRA INP			CORRESPONDÊNCIA (S.A.E.) AR..... MAR..... TERRA..... SIMPLES..... DESTINO DA CORRESPON. Liberdade		
<p style="text-align: center;"><b>P O L Í T I C O</b></p> <p>Recebimento de correspondência, por parte de expedicionário.</p> <p>A missivista, a partir da 15ª linha da segunda página, assim se expressa:</p> <p><b>TRANSCRICAO:</b> "...apesar de você ter dito que recebe diariamente uma infinidade de cartas, que eu conjunho a quem de suas "fans"..."</p> <p>Nada mais digno de registro há na correspondência.</p> <p><b>CONTÉUDO:</b> Uma carta relatada, manuscrita, em cinco páginas.</p>					
IMPORTANTE: AS INFORMAÇÕES ACIMA SÃO DE CARATER ABSOLUTAMENTE CONFIDENCIAL NÃO PODERÃO SER CONFIDADAS A AUTORIDADES SUPERIORES QUE DO SEU CONHECIMENTO NECESSITAM NO TRANSCURSO DA GUERRA.					
CONFIDENCIAL					

Fonte: Arquivo Histórico do Exército, 1944.

Transcrição:

CONFIDENCIAL, Ministério da Guerra, Força Expedicionária Brasileira, Censura Postal. Relatório nº 457. **Remetente:** (L.C). **Destinatário:** Sargento (C.A.), 250 FEB.

[Censurada pelo teor] **POLÍTICO:**

"Recebimento de correspondência, por parte do expedicionário. A missivista, a partir da 15ª linha da segunda página, assim se expressa: Transcrição: (...) **apesar de você ter dito que recebe diariamente uma infinidade de cartas,**

**que eu *supunho* serem de tuas 'fans' (...)** Conteúdo: Uma carta relatada, manuscrita, em cinco páginas".<sup>10</sup>

Em comentário ao documento impresso em evidência, observamos que neste primeiro relatório, com censura de cunho político, a possível esposa, noiva ou namorada do expedicionário alega que as correspondências dela não eram respondidas, mesmo que ele relatasse estar recebendo uma "infinidade de cartas". O DIP fazia a filtragem das observações escritas que afetassem as políticas públicas do Estado Novo. Dentre essas diretrizes, encontrava-se o incentivo capitaneado pela primeira dama Darcy Vargas e a LBA para que as madrinhas escrevessem o máximo que pudessem de forma a manter o moral dos soldados o mais elevado possível.

Nesse caso, a tensão ficou por conta da remetente (L.C.) ficar sem notícias do sargento, dado o fluxo de cartas que ele alega ter recebido. A suposição da mesma em relação às "fãs" do militar foi possivelmente vista como uma crítica ao incentivo feito pelo DIP através da LBA da escrita de correspondências pelas madrinhas. Em consequência, a primeira carta de (L.C.) endereçada ao sargento (C.A.) foi censurada parcialmente e liberada.

Podemos observar, ainda, que havia um fluxo na análise de cada envelope. No canto superior esquerdo, abaixo do remetente, são detalhadas as datas dos trâmites burocráticos. A correspondência que foi postada no dia 17 de novembro de 1944, foi recebida pelo Correio Coletor Sul em 24 de novembro, conforme mostra a data do carimbo. Depois de recebida, a carta foi analisada pelos censores no período de três dias, sendo aprovada com restrições no dia 28 de novembro. Essa "aprovação com restrições" significava que determinados conteúdos da carta eram intencionalmente suprimidos. Como as cartas censuradas parcialmente eram liberadas, o trecho reprovado era recortado e datilografado para ser arquivado em relatório confidencial, como este em 11 de dezembro de 1944.

Como podemos constatar, essa foi a primeira correspondência entre a remetente e o destinatário que foi analisada em relatório confidencial pela censura postal. No espaço "relatórios anteriores", tanto para o remetente (REM), quanto para o destinatário (DEST), o censor apresentou a negativa de outros relatórios confidenciais existentes. Isso indica que, se os dois trocaram correspondências entre si anteriormente, as mensagens não apresentavam o teor a ser examinado e cortado. Ao lado, podemos ainda identificar a "natureza da correspondência" apresentada como carta, no idioma português, e sem encomendas. No campo "censurada anteriormente" houve novamente a negativa pelo censor, mostrando que era a primeira vez que aquela correspondência era examinada.

Por fim, no canto superior direito, abaixo do destinatário, indicam-se as três formas de envio da correspondência: "AR", "MAR" e "TERRA", tendo sido assinalado como (S.A.), ou seja, "Serviço Aéreo", com a afirmativa de envio "simples". Os tipos de envios eram feitos dessa forma porque as correspondências poderiam ter como meio, por exemplo, os navios de transporte de pessoal dos escalões da FEB, com a duração da viagem de 15 (quinze) dias, no mínimo. Já o

---

<sup>10</sup> AHEx. Arquivo Histórico do Exército. Relatório Geral do Serviço Postal da Força Expedicionária Brasileira do Correio Coletor Sul, 1944, p. 10, *grifo nosso*.

transporte terrestre estava endereçado aos militares encarregados da defesa do litoral brasileiro, que também eram designados como "febianos".

Por fim, o envio pelo serviço aéreo, direcionado para o território italiano, contava ainda com o envio de outros itens logísticos para o suprimento das tropas. A avaliação foi feita pelo censor 13 do grupo B, tendo sido analisada pelo chefe do grupo 33, em distribuição feita pelo Chefe de Gabinete do Ministério da Guerra (Ch. Gab. M.G.). O presente relatório, enfim, foi conferido pelo revisor 1 e datilografado pela pessoa com as iniciais (E.S.).

Dessa maneira, a estrutura do relatório facilitou a análise das cartas e, sobretudo, de quem as escreveu. O perfil de cada envolvido era sumariamente catalogado e arquivado, permitindo aos censores a identificação de prováveis reincidências tanto dos pracinhas quanto dos familiares e madrinhas dos expedicionários. O aspirante Mesquita mostrou o seu descontentamento aos censores diante de várias cartas que foram censuradas pelo serviço postal na Itália: "Ao censor: é isso mesmo meu chato – ficas aí na retaguarda e não deixas passar nem uma piada. Tomara, ou Deus queira, ou o 88 alemão<sup>11</sup> vá te buscar por aí" (JOPPERT, 2011, p. 10). Isso contribuiu para a eliminação de certezas em um ambiente volátil. Quaisquer informações trocadas que oferecessem o posicionamento ou a partida dos escalões para a Itália eram consideradas como inapropriadas para o andamento do esforço de guerra, podendo ser enquadrados até como crime, conforme observado no relatório seguinte:

Figura 3 – Relatório Confidencial nº 467.

**CONFIDENCIAL**

MINISTÉRIO DA GUERRA  
FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA  
CENSURA POSTAL

**F.E.B.**

REMETENTE: [Redacted]

DESTINATÁRIO: Sr. Cte. Médico  
Dr. [Redacted]  
290  
F. E. B.

DATA: 30 NOV. 1944

RELATÓRIOS ANTERIORES: REM: NENHUM; DEST: NENHUM

NATUREZA DA CORRESP.: CARTA SIM; TIPO: [Redacted]; ENCUMENHA: [Redacted]

CENSURADA ANTERIORMENTE: FON: NENHUM

CONFERIDA: [Redacted]

PARA O CHEFE DA CENSURA: GRUPO: C; JENCO: 31; EN. DO GRUPO: 30; REVISOR: 6; BATLÃO: III

**SEGURANÇA NACIONAL**

Postul informação sobre saída da praia com contatos da F.E.B.

A missivista, em carta de caráter particular, declara, nas linhas 16 a 20 da primeira página, o seguinte:

**TRANSMISSÃO:** "A partida do navio foi transmitida, desatando-se a telefonar no dia 20 e prometeu se visitar no dia seguinte, mas não apareceu, julgo que o navio partiu."

Nada mais digno de registro há na correspondência.

**COMENTÁRIO:** Uma carta relatada, manuscrita em uma página.

IMPORTANTE: AS INFORMAÇÕES SOAM SÃO DE CARÁTER ABSOLUTAMENTE CONFIDENCIAL E NÃO DEBEM SER COMUNICADAS A AUTORIDADES SUPERIORES QUE DO SEU CONHECIMENTO DEPENDER O TRANSCURSO DA GUERRA.

**CONFIDENCIAL**

Fonte: Arquivo Histórico do Exército, 1944.

<sup>11</sup> Canhão antiaéreo terrestre - *Flug abwehr kanone* (Flak) 88 milímetros.

Transcrição:

CONFIDENCIAL, Ministério da Guerra, Força Expedicionária Brasileira, Censura Postal. Relatório nº 457. **Remetente:** (J.F.). **Destinatário:** 2º Tenente Médico Dr. (M.S.), 250 FEB.

[Censurada pelo teor] **SEGURANÇA NACIONAL:**

“Possível informação sobre saída de navio com contingente da FEB.

Transcrição: **A partida do navio foi transferida, B. me telefonou dia 28 e prometeu visitar no dia seguinte, mas não apareceu, julgo que o navio partiu.**

Conteúdo: Uma carta relatada, manuscrita em uma página”.<sup>12</sup>

O segundo arquivo também sofreu a censura, neste caso por ameaçar a segurança nacional, informando a provável data de saída de um navio com o contingente da FEB. Durante o envio dos 5 escalões para a Itália, eram rotineiros os exercícios simulados de embarque e de desembarque. Isso tinha o propósito de negar a informação aos submarinos alemães que rondavam o Atlântico Sul. “Certa ocasião, a *British Broadcast Channel* (BBC) noticiou a entrada do navio *USS General Mann* no Mar Mediterrâneo pelo Estreito de Gibraltar com o primeiro contingente Brasileiro” (BARONE, 2013, p. 129). Tal fato levou a tripulação ao pânico, visto que a área estava próxima à base de submarinos instalada na costa oeste da França.

Em consequência, essa informação foi muito mal recebida pelo comando aliado, fato que a BBC jamais noticiaria o deslocamento de tropas brasileiras novamente. Para evitar a localização do navio, foram tomadas algumas precauções adicionais:

Pelas nove e pouco acaba o cinema e logo depois apagam as luzes do salão, ficando só algumas lâmpadas vermelhas, muito fracas (...). Depois que o navio saiu, não vimos mais a noite. O pracinha está num compartimento onde há muitos pracinhas. Mas o pracinha mal pode ver dois ou três companheiros. Um companheiro americano me explicou o uso da luz vermelha dentro do navio trancado: a luz branca ou azul de qualquer outra cor apresenta grandes inconvenientes para o homem que subitamente tem de sair do navio para ocupar o seu posto em algum canhão ou metralhadora. O pracinha não sabe de nada disso... Havia pracinhas chegados do interior que nunca tinham visto o mar na sua vida e alguns *restituíram* até a alma. Mas isso em certos lugares: não para fora do navio. Não se pode lançar nada para fora do navio. Os detritos são jogados a uma hora certa, ao escurecer. **Dizem que já houve o caso de transportes de tropas que foram seguidos por submarinos que se guiavam pelos detritos no mar.** (BRAGA, 1985, p. 12-15, *grifo nosso*)

Em função de fatos como esse, o setor de censores recebeu instruções claras para eliminar informações que denunciasses a posição das tropas em deslocamento ou no teatro de operações, conforme está relatado no extrato das ISPFEB:

Uma carta, seja qual for a sua natureza, merece toda a atenção do Censor, não uma atenção comum, **mas uma atenção extraordinária**. Para êle, ela é sempre objeto de valor, que pode conter, um disfarce inteligente, um plano criminoso sobre a segurança nacional, contra a ordem política e social, contra a vida de

<sup>12</sup> AHEx. Arquivo Histórico do Exército. Relatório Geral do Serviço Postal da Força Expedicionária Brasileira do Correio Coletor Sul, 1944, p. 42, *grifo nosso*.



Transcrição:

CONFIDENCIAL, Ministério da Guerra, Força Expedicionária Brasileira, Censura Postal. Relatório nº 457. **Remetente:** (A.N.). **Destinatário:** Soldado (R.M.), 254 FEB.

[Censurada pelo teor] **MILITAR:**

"Notícia sobre a partida de expedicionário para além-mar.

Transcrição: (...) **desde que o (J.) foi para a Força Expedicionária Brasileira e não mais se encontra entre nós, pois embarcou no dia 21 de novembro con(sic) destino que só Deus e o Estado Maior do Exército pode saber.**

Conteúdo: Uma carta relatada, manuscrita em duas páginas."<sup>15</sup>

O terceiro relatório abordou o posicionamento de um familiar ou amigo próximo do expedicionário. Foi lida pelo censor 18 do grupo A, supervisionada pelo chefe do grupo 26, analisada pelo revisor 19 e datilografada por (S.M.). Além de ter sido liberada, cabe destacar que foi o único dos relatórios apresentados que foi assinado pelo chefe da censura (esquerda superior), sendo necessário destacar o tom de crítica do missivista ao Estado-Maior do Exército (EME) em não comunicar a localidade ou status do militar que partiu. Entendemos que a mesma foi censurada por se tratar de uma informação militar a qual o navio poderia até mesmo ser torpedeado caso fosse transmitida ao inimigo – causando a morte de centenas, ou milhares, de militares brasileiros. Ademais, notamos a urgência na censura dessa correspondência, sobretudo por informar em detalhes a data que provavelmente o militar expedicionário embarcou no navio (21 de novembro).

Em comparação aos outros dois relatórios, acerca da datação de postagem da correspondência, recebimento pelo Correio Coletor Sul, sua análise para a censura e consequente liberação com cortes, devemos destacar os pontos principais. A primeira carta, destinada ao sargento, demorou 7 dias corridos para ser recebida, 4 dias para sua análise pelos censores e 17 dias para ser liberada com os cortes. Na segunda correspondência, que tem como destinatário o tenente-médico, foi postada em um dia, recebida e analisada no outro e liberada apenas três dias após a censura. A terceira carta, assim como a segunda, embora seja destinada a um soldado, precisava exatamente a data que as tropas embarcaram com destino à Itália, sendo um assunto sensível a ser analisado pelos censores. Desse modo, ainda cabe destacar que a demora para a entrega da carta do sargento e a prioridade de entrega da carta do oficial médico, indicaram que as mesmas deveriam seguir para a Itália por via aérea. Já a última correspondência, por se tratar de um destinatário sendo um soldado, aconteceu por (S.M.), ou seja, serviço marítimo.

As fontes expostas acima, ou seja, os relatórios de 1944 foram orientados para que exprimissem objetividade, segundo o Major Chefe do Correio Coletor Sul, João Wellisch Junior. Entendemos que as cartas dos civis passaram a representar, também, uma ameaça "exatamente

---

<sup>15</sup> AHEx. Arquivo Histórico do Exército. Relatório Geral do Serviço Postal da Força Expedicionária Brasileira do Correio Coletor Sul, 1944, p. 52, grifo nosso.

porque, a cada momento, os comportamentos da opinião pública são o resultado de uma complexa alquimia entre o estado das mentalidades e o contexto, que é imprudente querer construir 'tipos' de atitude diante de um 'tipo' de acontecimento" (BECKER, 1996, p. 188-189).

Nesse ínterim, o SPFEB também verifica a complexidade do momento, pois conforme consta no RGSPFEB "há erros a apontar e não responsáveis, pois os primeiros, frutos de nossas próprias deficiências, surgiram independentemente da vontade de cada um, restando apenas o mérito do que foi corrigido e o valor dos ensinamentos colhidos"<sup>16</sup>. De forma complementar, o ISPFEB ainda enumera que a importância capital da análise das cartas é de inteira responsabilidade do censor na defesa preventiva da Pátria e, exercendo a função que lhe foi confiada, é digno de efetuar a censura que achar importante. Devemos destacar, conforme outrora visto com Becker (1996), que os documentos e ações dos indivíduos faziam parte do recorte histórico em estudo. Para tal, tentamos dar prosseguimento esse apontamento:

Considerando a subjetividade pelo ângulo de sua produção por instâncias individuais, coletivas e institucionais, procura-se renunciar as pretensões universalistas das modelizações psicológicas para tentar apreender a subjetividade em sua dimensão de criatividade processual, como todo um conjunto de circunstâncias histórico-socioculturais (origem, classe social, etnia, cultura) e biográficas (trajetória de vida e de trabalho) que enseja o sentido do eu. **Atinge profundamente as percepções, articulações, através de processos que chegam pela linguagem, família, mídia, música, modela os corpos, comportamentos, sensibilidades, percepções, memórias, relações sociais e de gênero.** Esses elementos são captados, reproduzidos, explorados, também rejeitados, adaptados, trocados, passando por experiências sociais vividas. Todo um processo de singularização, pleno de múltiplas contradições e tensões, caracteriza a subjetividade como permanente desenvolvimento, **no qual os sujeitos reformulam suas propostas, ações e sentimentos em complexas interações e contradições.** (MATOS, 2001, p. 49-50, *grifo nosso*)

Dessa forma, as transformações propiciadas pelo Estado Novo corroboraram para a construção de um discurso que não comprometesse as ações político-militares da FEB. O envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial carecia de instruções dos aliados quanto aos procedimentos de divulgação e censura de informações trocadas pelo correio. Matos (2001) destaca que essas percepções culturais chegam ao indivíduo pela oralidade, círculos de amizade e familiares, memórias. Podemos afirmar, segundo Costa (2010) e Pereira (2020) que o regime autoritário de Getúlio Vargas determinaria não só esse amplo contexto social, mas também, o envolvimento político, militar e de segurança nacional.

## Considerações Finais

Em virtude dos aspectos analisados, é necessário estabelecer algumas considerações sobre o diálogo entre a nova história militar e a nova história cultural, sobretudo pelo estudo das fontes confidenciais, da imprensa e a interdisciplinaridade com a antropologia e comunicação. Primeiramente, buscou-se analisar neste estudo a estrutura de controle durante

---

<sup>16</sup> AHEx. Arquivo Histórico do Exército. Relatório Geral do Serviço Postal da Força Expedicionária Brasileira do Correio Coletor Sul, 1944, p. 1.

o Estado Novo, a mobilização da Força Expedicionária Brasileira vista pelo contexto civil e a atuação do serviço postal do Exército Brasileiro no final da Segunda Guerra Mundial.

De acordo com a discussão bibliográfica, foi observado o conjunto das ações de estado através da convocação populacional das madrinhas da FEB para escrever as cartas aos soldados envolvidos no conflito. A vertente populista ficou por conta da propaganda mal orientada, no sentido de que, por um lado, o DIP incentivava a participação popular sem restrição e, por outro lado, as pessoas que apoiaram não sabiam como colaborar da melhor forma com informações familiares, sendo omitida a orientação para não escrever sobre os desdobramentos militares dos pracinhas.

Em resultado, muitas cartas foram censuradas total ou parcialmente, causando desgastes em todos os pontos, tanto para quem escreve do Brasil ou da Itália, quanto para o próprio Correio Coletor Sul. Este setor situado no Ministério da Guerra teve o trabalho de analisar muitas correspondências sem a devida experiência no contexto bélico. Nesse aspecto, os militares dos EUA forneceram o suporte para iniciar os trabalhos de forma integrada e sistêmica. Ademais, as instruções, relatórios, motivações, desafios e, principalmente, a supervisão do DIP e do governo Vargas completaram o arcabouço de temas ligados à censura de informações que comprometessem o regime ditatorial que estava em curso.

Portanto, cabe ilustrar que o SPFEB não estava pronto para ser a ponte entre o expedicionário e os seus pares, como a família, os amigos e as namoradas. Nesse escopo, os relatórios e instruções do Serviço Postal da FEB, como fontes institucionais expostas, contaram com a reflexão de que os desafios para divulgar uma informação eram altos, até mesmo por terem a responsabilidade de "não deixar passar" uma informação estratégica, como, por exemplo, um deslocamento ou o posicionamento de tropas em operações militares.

Assim, procuramos dar voz aos estudos sobre a FEB no espaço acadêmico brasileiro, tanto àqueles que buscam esclarecer os fatos da força terrestre na Segunda Guerra Mundial no meio científico, quanto aos seus agentes de memória no Brasil. Por fim, e a partir desse breve estudo sobre o "pão espiritual dos soldados e os relatórios confidenciais do SPFEB", espera-se que hoje e sempre, a cobra continue fumando.

## Referências

### Bibliografia

AUDOIN-ROUZEAU, Stéphanie. Exércitos e guerras: uma brecha no coração do modelo viril? In. COURTINE, Jean-Jacques (Org.). *História da Virilidade*. Volume 3: A virilidade em crise? Séculos XX-XXI. Petrópolis: Ed. Vozes, 2013, p. 239-268.

BARBOSA, Michele Tupich. *Legião Brasileira de Assistência (LBA): o protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

BARONE, João. *1942: o Brasil e sua guerra quase desconhecida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In. REMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Editoria FGV, 1996, p. 185-211.

BRAGA, Rubem. *Crônicas de guerra na Itália*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1985.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na era Vargas*. Brasília: EDUNB, 1993.

COSTA, Marcos Antônio Tavares da. A Censura Postal Militar: a política do Estado Novo na correspondência de guerra da FEB. *I Simpósio do Laboratório de História Política e Social - 70 Anos do Estado Novo*, UFJV, Juiz de Fora, ICH, v. I., 2010. Juiz de Fora, p. 1-11. Disponível em: <https://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-7a16.pdf> Acesso em: 21 nov. 2021.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, dez. 2007.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Edusp, 2002.

JOPPERT, Flavio. *Vozes & ecos: cartas de guerra transcritas*. Niterói: Flávio Joppert, 2011.

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tânia Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In. PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2018.

FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a segunda guerra mundial em Santa Catarina*. 2002. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2002.

FERRAZ, Francisco César Alves. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)*. Londrina: Eduel, 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Correspondência familiar e rede de sociabilidade. In. GOMES, Angela de Castro (Org.). *A escrita de si, a escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

MALATIAN, Teresa. "Cartas- Narrador, registro e arquivo". In. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2015.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Por uma história das sensibilidades em foco: a Masculinidade. *História: Questões & Debates*, Editora da UFPR, Curitiba, n. 34, p. 45-63, 2001. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2658>. Acesso: 21 nov. 2021.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. A Tribuna da imprensa e os interesses liberais-conservadores no Brasil. In. CORRÊA, Maria Letícia; CHAVES, Monica Piccolo Almeida; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *História Econômica e Imprensa*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016, p. 131-152.

MOREL, Marco. O surgimento da imprensa no Brasil: questões atuais. *Revista Maracanan*, PPGH-UERJ, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3 (2007), p. 17-30, jan. 2005/mar. 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/13620>. Acesso em 20 jul. 2022.

OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. Na querela dos folhetos: o anonimato dos autores e a supressão de questões sociais. *Revista de História*, nº 116 - 1º sem. 1984.

PEREIRA, Fabio da Silva. *As cartas dos ex-combatentes da FEB*. Rio de Janeiro: Canal ArteCult, 27/07/2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/CDKjlv8p6rl/?igshid=1jy85oawn7eso> Acesso em: 21 out. 2021.

PEREIRA, Fabio da Silva; MOREIRA, Florence Alencar; MESQUITA, Claudia. Por uma ação de feito excepcional na campanha da Itália: as cartas do aspirante José Jerônimo de Mesquita. *Revista Valore*, v. 5 (edição especial), p. 162 - 182, 2021. Disponível em: <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/773> Acesso: 22 dez. 2021.

PIRES, Heloísa (Org.). *Cartas de um piloto de caça: O treinamento e o combate (1943 - 1944)*. Rio de Janeiro: Ouro sobre o azul, 2012.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. A experiência do trabalho de campo no universo da comunicação. *Extraprensa*, Universidade de São Paulo, São Paulo, Ano VIII, nº 14, junho de 2014, p. 19-25. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/EPX14-A3>. Acesso em: 21 nov. 2021.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto História*. Volume 4, 1985. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12410/8995>. Acesso em: 20 out. 2021.

## Fontes

AHEx. Arquivo Histórico do Exército. Instruções para o funcionamento do Serviço Postal da Força Expedicionária Brasileira no Correio Coletor Sul. Rio de Janeiro, 1944.

AHEx. Relatório Confidencial nº 457, Relatório Geral do Serviço Postal da Força Expedicionária Brasileira do Correio Coletor Sul. Rio de Janeiro, 1944.

AHEx. Relatório Confidencial nº 467, Relatório Geral do Serviço Postal da Força Expedicionária Brasileira do Correio Coletor Sul. Rio de Janeiro, 1944.

AHEx. Relatório Confidencial nº 412, Relatório Geral do Serviço Postal da Força Expedicionária Brasileira do Correio Coletor Sul. Rio de Janeiro, 1944.

AHEX. Relatório Geral do Serviço Postal da Força Expedicionária Brasileira do Correio Coletor Sul (RGSPFEB). Rio de Janeiro, 1944

BRASIL. Poder Executivo. Presidência da República. 1944 "Decreto-lei nº 6.438 de 26 de abril de 1944. Criação do Serviço Postal da Força Expedicionária Brasileira". Distrito Federal: Correio Coletor Sul, [1944].

BRASIL. Poder Executivo. Presidência da República. 1942. "Decreto-lei nº 10.358 de 31 de agosto de 1942. Declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo". Distrito Federal, [1944].

BRASIL. Poder Legislativo. 2002 "Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil". Distrito Federal, [2002].

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. 2011. "Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011. Institui a Lei de Acesso à Informação no Brasil". Distrito Federal, [2011].

BRASIL. Ministério da Guerra. "Portaria Ministerial nº 4.744 de 9 de agosto de 1943. Criação da Força Expedicionária Brasileira". Distrito Federal, [1944].

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, de acordo com a emenda constitucional nº 115, de 10 de fevereiro de 2022. Sobre proteção e tratamento de dados pessoais, 1988.

DECEX. Departamento de Educação e Cultura do Exército. O Dia da Vitória. Rio de Janeiro, 8 maio 2018, s/p. Disponível em: <http://www.decex.eb.mil.br/processo-original-chqao/57-noticias/149-o-dia-da-vitoria>. Acesso: 04 de abril de 2022.